

Prova de Exame Nacional de **História B**

Prova 723 | 2011

10.º e 11.º Anos de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março

Para:

Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

Inspecção-Geral de Educação

Direcções Regionais de Educação

Secretaria Regional de Educação da Madeira

Secretaria Regional de Educação dos Açores

Escolas com Ensino Secundário

Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo com Paralelismo e com Ensino Secundário

CIREP

FERLAP

CONFAP

1. Introdução

O presente documento visa divulgar as características da prova de exame nacional do Ensino Secundário da disciplina de História B, a realizar em 2011 pelos alunos que se encontram abrangidos pelos planos de estudo instituídos pelo Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 44/2004, de 25 de Maio.

Devem ainda ser tidos em consideração a Portaria n.º 550-D/2004, de 21 de Maio, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 259/2006, de 14 de Março, e n.º 1322/2007, de 4 de Outubro, e o Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Fevereiro, com as rectificações constantes da Declaração de Rectificação n.º 23/2006, de 7 de Abril.

A prova de exame nacional a que esta informação se refere incide nos conhecimentos e nas competências enunciados no Programa de História B, homologado por despacho ministerial, de acordo com o n.º 3 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março.

As informações sobre o exame apresentadas neste documento não dispensam a consulta da legislação referida e do Programa da disciplina.

O presente documento dá a conhecer os seguintes aspectos relativos à prova de exame:

- o objecto de avaliação;
- as características e a estrutura;
- os critérios de classificação;
- o material;
- a duração.

A avaliação sumativa externa, realizada através de uma prova escrita de duração limitada, só permite avaliar parte dos conhecimentos e das competências enunciados no Programa. A resolução da prova pode implicar a mobilização de aprendizagens inscritas no Programa, mas não expressas no objecto de avaliação identificado no ponto 2 deste documento.

As provas de exame desta disciplina realizadas nas duas fases dos exames nacionais de 2009 e 2010 estão disponíveis em www.gave.min-edu.pt e exemplificam, de um modo geral, os tipos de itens das provas a realizar em 2011.

Este documento deve ser dado a conhecer aos alunos e com eles deve ser analisado, para que fiquem devidamente informados sobre a prova de exame nacional que irão realizar.

Importa ainda referir que, nas provas de exame desta disciplina, o grau de exigência decorrente do enunciado dos itens e o grau de aprofundamento evidenciado nos critérios de classificação estão balizados pelo Programa, em adequação ao nível de ensino a que o exame diz respeito.

2. Objecto de avaliação

A prova tem por referência o Programa de História B.

A prova permite avaliar as competências e os conteúdos a elas associados passíveis de avaliação numa prova escrita de duração limitada, a saber:

Competências

- Analisa fontes de natureza diversa, distinguindo informação explícita e implícita, assim como os respectivos limites para o conhecimento do passado;
- Analisa textos historiográficos, identificando a opinião do autor e tomando-a como uma interpretação susceptível de revisão, em função dos avanços historiográficos;
- Situa cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorreram;
- Identifica a multiplicidade de factores e a relevância da acção de indivíduos ou grupos, relativamente a fenómenos históricos circunscritos no tempo e no espaço;
- Situa e caracteriza aspectos relevantes da história de Portugal, europeia e mundial;
- Relaciona a história de Portugal com a história europeia e mundial, distinguindo articulações dinâmicas e analogias/especificidades, quer de natureza temática, quer de âmbito cronológico, regional ou local;
- Elabora e comunica, com correcção linguística, sínteses de assuntos estudados:
 - estabelecendo os seus traços definidores;
 - distinguindo situações de ruptura e de continuidade;
 - utilizando, de forma adequada, terminologia específica.

Conteúdos

Relativamente aos conteúdos, o Programa da disciplina acentua a importância da história de Portugal e da história contemporânea na formação do aluno — sublinhada nas aprendizagens estruturantes e na orientação fixada para cada módulo — e define globalmente uma orientação metodológica que implica a progressiva construção do saber histórico.

A prova incide nos **conteúdos de aprofundamento** e nos **conceitos estruturantes fixados nos módulos dos dois anos curriculares do programa de História B**. Poderão ser requeridas articulações entre estes conteúdos e estes conceitos e os restantes sempre que a orientação fixada nos módulos e as aprendizagens estruturantes o exijam.

Assim, são objecto de avaliação os **conteúdos de aprofundamento dos módulos 1, 2 e 3 (10.º ano) e 4, 5 e 6 (11.º ano), do Programa de História B**, abaixo identificados a **negrito**.

Módulo 1 — DINAMISMOS ECONÓMICOS DA EUROPA NOS SÉCULOS XVI A XVIII

1. Uma Europa a dois ritmos: predominância rural e dinamismo dos centros urbanos; as hesitações do crescimento.
2. A afirmação da fachada atlântica — Lisboa, Sevilha e Antuérpia
 - 2.1. Fortuna e fragilidade dos Impérios
 - Precocidade de Portugal na formação de um império transoceânico: monopólio régio, nobreza de serviço e papel fulcral dos mercadores; escassez de recursos humanos e de meios de pagamento.
 - O acesso da Espanha à prata americana; atracção dos meios mercantis portugueses.
 - 2.2. Condição periférica da Península e dimensão mundial das rotas transoceânicas; a articulação com o Norte da Europa.
3. O controlo do comércio mundial pelo Norte da Europa
 - Vigor de Amesterdão; controlo do comércio europeu; constituição de uma rede de feitorias e de tráficos ultramarinos.
 - Protecção e reforço das economias nacionais face ao dinamismo holandês.
- 4. A hegemonia económica britânica**
 - 4.1. Predomínio de um Estado territorial**
 - **Condições do sucesso inglês e vitalidade da cidade de Londres. O arranque industrial.**
 - **Bloqueio das indústrias europeias e norte-americanas; controlo da produção e do comércio asiático.**
 - 4.2. Portugal no contexto da ascensão económica da Inglaterra**
 - **Recursos e organização das forças produtivas do Reino e do Brasil pelo Estado — da crise comercial de finais do século XVII às primeiras medidas do mercantilismo manufactureiro; do tratado de Methuen à apropriação do ouro brasileiro pelo mercado britânico.**

- **A política económica e social pombalina; a prosperidade comercial de finais do século XVIII.**

Módulo 2 — DO ANTIGO REGIME À AFIRMAÇÃO DO LIBERALISMO

1. O Antigo Regime: estratificação social e poder absoluto

- A geografia do poder nos séculos XVII e XVIII: os Estados de regime absoluto; os Estados de regime parlamentar.
- A sociedade de ordens: uma estratificação assente no privilégio e garantida pelo absolutismo régio de direito divino.

2. A crítica da monarquia absoluta e as origens da ideologia liberal

- **A recusa do absolutismo e os novos princípios de organização social em Inglaterra: valor do indivíduo, livre iniciativa, tolerância, separação dos poderes.**
- **O iluminismo: a apologia da razão; o primado da ciência.**

3. As revoluções liberais e a ruptura com o Antigo Regime

- 3.1. A geografia dos movimentos revolucionários, de finais do século XVIII a meados do século XIX: precocidade americana e francesa; vagas revolucionárias liberais e nacionais — 1820, 1830 e 1848.

3.2. A implantação do liberalismo em Portugal

- **Antecedentes e conjuntura: 1807 a 1820.**
- **A revolução de 1820 e as resistências ao liberalismo (1820-1834): precariedade da legislação vintista de carácter socioeconómico; desagregação do império colonial. Constituição de 1822 e Carta Constitucional de 1826.**
- **O novo ordenamento político e social (1834-1851): importância da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projectos setembrista e cabralista.**

4. O legado do liberalismo político na primeira metade do século XIX

- O Estado como garante da ordem social; a secularização das instituições; o cidadão, actor político.
- Os limites da universalidade dos direitos humanos: a problemática da abolição da escravatura.

Módulo 3 — A CIVILIZAÇÃO INDUSTRIAL — ECONOMIA E SOCIEDADE; NACIONALISMOS E CHOQUES IMPERIALISTAS

1. As transformações económicas na Europa e no Mundo

1.1. A expansão da revolução industrial

- Novos inventos e novas fontes de energia; a ligação ciência-técnica.
- Concentração industrial e bancária; racionalização do trabalho.

1.2. A geografia da industrialização

- A hegemonia inglesa. O arranque de novas potências; a permanência de formas de economia tradicional.

1.3. A agudização das diferenças

- **A confiança nos mecanismos auto-reguladores do mercado. As crises do capitalismo.**
- **O mercado internacional e a divisão internacional do trabalho.**

2. A afirmação da sociedade industrial e urbana

2.1. A explosão populacional; a expansão urbana e o novo urbanismo; migrações internas e emigração.

2.2. Unidade e diversidade da sociedade oitocentista

- **A condição burguesa: valores e comportamentos; proliferação do terciário e incremento das classes médias.**
- **A condição operária: salários e modos de vida. Associativismo e sindicalismo; as propostas socialistas de transformação revolucionária da sociedade.**

3. O triunfo das nações e o choque dos imperialismos

- A evolução democrática do sistema representativo nos Estados liberais; os excluídos da democracia representativa.
- As aspirações de liberdade nos Estados autoritários e os movimentos de unificação nacional.
- Os afrontamentos imperialistas: o domínio da Europa sobre o mundo.

4. Portugal, uma sociedade capitalista dependente

- **A Regeneração entre o livre-cambismo e o proteccionismo (1850-80): o desenvolvimento de infra-estruturas; a dinamização da actividade produtiva; a necessidade de capitais e os mecanismos da dependência.**
- **Entre a depressão e a expansão (1880-1914): a crise financeira de 1880-90 e o surto industrial de final de século.**
- **As transformações do regime político (1890-1926): os problemas da sociedade portuguesa na viragem do século e a contestação da monarquia; a solução republicana e parlamentar — a Primeira República.**

Módulo 4 — CRISES, EMBATES IDEOLÓGICOS E MUTAÇÕES CULTURAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

1. As transformações das primeiras décadas do século XX

1.1. Um novo equilíbrio global

- **A geografia política após a Primeira Guerra Mundial. A Sociedade das Nações.**
- **A difícil recuperação económica da Europa e a dependência em relação aos Estados Unidos.**

1.2. A implantação do marxismo-leninismo na Rússia: a construção do modelo soviético

1.3. A regressão do demoliberalismo

- O impacto do socialismo revolucionário; dificuldades económicas e radicalização dos movimentos sociais; emergência de autoritarismos.

1.4. Mutações nos comportamentos e na cultura

- As transformações da vida urbana e a nova sociabilidade; a crise dos valores tradicionais; os movimentos feministas.
- A descrença no pensamento positivista e as novas concepções científicas.
- As vanguardas: rupturas com os cânones das artes e da literatura.

1.5. Portugal no primeiro pós-guerra

- **As dificuldades económicas e a instabilidade política e social; a falência da 1.ª República.**
- **Tendências culturais: entre o naturalismo e as vanguardas.**

2. O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30

2.1. A grande depressão: origens e mecanismos de alastramento; impacto social.

2.2. As opções totalitárias

- **Os fascismos, teoria e práticas: uma nova ordem nacionalista, antiliberal e anti-socialista; elites e enquadramento das massas; o culto da força e da violência e a negação dos direitos humanos; a autarcia como modelo económico.**
- **O estalinismo: planificação da economia, colectivização dos campos, burocratização do partido; repressão.**

2.3. A resistência das democracias liberais

- **O intervencionismo do Estado; a teoria económica keynesiana.**
- **Os governos de Frente Popular e a mobilização dos cidadãos.**

2.4. A dimensão social e política da cultura

- A cultura de massas e o desejo de evasão; os grandes entretenimentos colectivos; os *media*, veículo de modelos socioculturais.
- As preocupações sociais na literatura e na arte; o funcionalismo e o urbanismo.
- A cultura e o desporto ao serviço dos Estados.

2.5. Portugal: o Estado Novo

- **O triunfo das forças conservadoras; a progressiva adopção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político.**
- **Uma economia submetida aos imperativos políticos: prioridade à estabilidade financeira; defesa da ruralidade; obras públicas e condicionamento industrial; a corporativização dos sindicatos. A política colonial.**
- **O projecto cultural do regime.**

3. A degradação do ambiente internacional

- A irradiação do fascismo no mundo.
- As hesitações face à Guerra Civil de Espanha; a aliança contra o imperialismo do eixo nazi-fascista; a mundialização do conflito.

Módulo 5 — PORTUGAL E O MUNDO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DA DÉCADA DE 80 — OPÇÕES INTERNAS E CONTEXTO INTERNACIONAL

1. Nascimento e afirmação de um novo quadro geopolítico

1.1. A reconstrução do pós-guerra

- A definição de áreas de influência; a Organização das Nações Unidas; as novas regras da economia internacional. A primeira vaga de descolonizações.

1.2. O tempo da Guerra Fria — a consolidação de um mundo bipolar

- **O mundo capitalista: a política de alianças liderada pelos EUA; a prosperidade económica e a sociedade de consumo; a afirmação do Estado-providência.**
- **O mundo comunista: o expansionismo soviético; opções e realizações da economia de direcção central.**
- **A escalada armamentista e o início da era espacial.**

1.3. A afirmação de novas potências

- O rápido crescimento do Japão; o afastamento da China do bloco soviético; a ascensão da Europa.
- A política de *não-alinhamento*; a segunda vaga de descolonizações.

1.4. O termo da prosperidade: as dificuldades económicas dos anos 70 e a crise do modelo de crescimento do pós-guerra.

2. Portugal do autoritarismo à democracia

2.1. Imobilismo político e crescimento económico do pós-guerra a 1974

- **Estagnação do mundo rural; emigração. Surto industrial e urbano; fomento económico nas colónias.**

- **A radicalização das oposições e o sobressalto político de 1958; a questão colonial — soluções preconizadas, luta armada, isolamento internacional.**
- **A “primavera marcelista”: reformismo político não sustentado; o impacto da guerra colonial.**

2.2. Da Revolução à estabilização da democracia

- **O Movimento das Forças Armadas e a eclosão da Revolução.**
- **Desmantelamento das estruturas de suporte do Estado Novo; tensões político-ideológicas na sociedade e no interior do movimento revolucionário; política económica anti-monopolista e intervenção do Estado nos domínios económico e financeiro. A opção constitucional de 1976.**
- **O reconhecimento dos movimentos nacionalistas e o processo de descolonização.**
- **A revisão constitucional de 1982 e o funcionamento das instituições democráticas.**

2.3. O significado internacional da revolução portuguesa.

3. As transformações sociais e culturais do terceiro quartel do século XX

- **A importância dos pólos culturais anglo-americanos. A reflexão sobre a condição humana. O progresso científico e a inovação tecnológica.**
- **A evolução dos *media*: os novos centros de produção cinematográfica; o impacto da TV e da música no quotidiano; a hegemonia de hábitos socioculturais norte-americanos.**
- **Alterações na estrutura social e nos comportamentos: a terciarização da sociedade; os anos 60 e a gestação de uma nova mentalidade — procura de novos referentes ideológicos, contestação juvenil, afirmação dos direitos da mulher.**

Módulo 6 — ALTERAÇÕES GEOESTRATÉGICAS, TENSÕES POLÍTICAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS NO MUNDO ACTUAL

1. O fim do sistema internacional da Guerra Fria e a persistência da dicotomia Norte-Sul

- 1.1. **O colapso do bloco soviético e a reorganização do mapa político da Europa de Leste. Os problemas da transição para a economia de mercado.**

1.2. Os pólos do desenvolvimento económico

- **Hegemonia dos Estados Unidos: supremacia militar, prosperidade económica, dinamismo científico e tecnológico.**
- **Consolidação da comunidade europeia; integração das novas democracias da Europa do Sul; a UE e as dificuldades na constituição de uma Europa política.**
- **Afirmação do espaço económico da Ásia-Pacífico; a questão de Timor.**
- **Modernização e abertura da China à economia de mercado; a integração de Hong Kong e de Macau.**

1.3. Permanência de focos de tensão em regiões periféricas

- Degradação das condições de existência na África subsaariana; etnias e Estados.
- Descolagem contida e endividamento externo na América latina; ditaduras e movimentos de guerrilha; a expansão das democracias.
- Nacionalismo e confrontos políticos e religiosos no Médio Oriente e nos Balcãs.

2. A viragem para uma outra era

2.1. Mutações sociopolíticas e novo modelo económico

- **O debate do Estado-Nação; a explosão das realidades étnicas; as questões transnacionais: migrações, segurança, ambiente.**
- **Afirmção do neo-liberalismo e globalização da economia. Rarefacção da classe operária; declínio da militância política e do sindicalismo.**

2.2. Dimensões da ciência e da cultura no contexto da globalização

- Primado da ciência e da inovação tecnológica; revolução da informação; ciência e desafios éticos; declínio das vanguardas e pós-modernismo.
- Dinamismos socioculturais: revivescência do fervor religioso e perda de autoridade das Igrejas; individualismo moral e novas formas de associativismo; hegemonia da cultura urbana.

3. Portugal no novo quadro internacional

- **A integração europeia e as suas implicações. As relações com os países lusófonos e com a área iberoamericana.**

3. Caracterização da prova

A prova tem três grupos de itens.

Dois dos grupos têm por suporte documentos de natureza diversa (textos, imagens, dados quantitativos organizados em gráfico ou quadro, mapas, outros). Estes documentos podem apresentar perspectivas diferentes e possibilitam o estabelecimento de inter-relações, em ordem ao esclarecimento de uma problemática decorrente de um ou mais módulos do Programa.

O outro grupo tem por suporte um documento escrito longo, relacionado com diferentes rubricas de um ou mais módulos.

Todos os itens da prova exigem a análise dos documentos apresentados e podem envolver a mobilização de aprendizagens relativas a mais do que um dos temas do Programa.

A prova integra itens de construção de resposta restrita e um item de construção de resposta extensa.

Os itens de resposta restrita, com cotação diferenciada de acordo com o tipo de tarefa solicitado, podem exigir ao examinando:

- a identificação da informação expressa nas fontes apresentadas;
- a explicitação do significado de elementos presentes nas fontes;
- o cotejo da informação recolhida nas diversas fontes;
- o esclarecimento da pertinência das fontes para os problemas levantados;
- a contextualização cronológica e espacial da informação contida nas fontes;
- o estabelecimento de relações entre a informação presente nas várias fontes e a problemática organizadora do conjunto;
- a análise e o comentário de fontes;
- a mobilização de conhecimentos de realidades históricas estudadas para analisar fontes;
- outras tarefas, sempre em harmonia com as competências do Programa.

O item de resposta extensa, que exige uma resposta desenvolvida, apresenta tópicos de orientação temática e está integrado num dos grupos que têm por suporte documentos de natureza diversa. Este item solicita a síntese de aspectos relacionados com aprendizagens estruturantes do Programa, organizada em função dos tópicos, em articulação com as fontes apresentadas e com a problemática do grupo em que está inserido. No item de resposta extensa, podem ser requeridas tarefas análogas às descritas para os itens de resposta restrita.

A estrutura da prova sintetiza-se nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 — Valorização dos conteúdos dos módulos na prova

Competências	Conteúdos		Cotação (em pontos)			
<ul style="list-style-type: none"> Analisa fontes de natureza diversa, distinguindo informação implícita e explícita, assim como os respectivos limites para o conhecimento do passado; Analisa textos historiográficos, identificando a opinião do autor e tomando-a como uma interpretação susceptível de revisão, em função dos avanços historiográficos; Situa cronológica e espacialmente acontecimentos e processos relevantes, relacionando-os com os contextos em que ocorreram; Identifica a multiplicidade de factores e a relevância da acção de indivíduos ou grupos, relativamente a fenómenos históricos circunscritos no tempo e no espaço; Situa e caracteriza aspectos relevantes da história de Portugal, europeia e mundial; Relaciona a história de Portugal com a história europeia e mundial, distinguindo articulações dinâmicas e analogias/especificidades, quer de natureza temática, quer de âmbito cronológico, regional ou local; Elabora e comunica, com correcção linguística, sínteses de assuntos estudados: <ul style="list-style-type: none"> estabelecendo os seus traços definidores; distinguindo situações de ruptura e de continuidade; utilizando, de forma adequada, terminologia específica. 	<ul style="list-style-type: none"> Todos os conteúdos de aprofundamento, conceitos e aprendizagens estruturantes; Articulações entre estes conteúdos e estes conceitos e os restantes, sempre que a orientação fixada nos módulos e as aprendizagens estruturantes o exijam. 	Módulo 1	0 a 80	60 a 80		
		Módulo 2	0 a 80			
		Módulo 3	0 a 80			
				Módulo 4	0 a 80	120 a 140
				Módulo 5	0 a 80	
				Módulo 6	0 a 80	

Quadro 2 — Tipologia, número de itens e respectiva cotação

Tipologia de itens	Número de itens	Cotação por item (em pontos)
Resposta restrita	6	20 ou 30
Resposta extensa	1	50

4. Critérios de classificação

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos de classificação apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser identificadas são classificadas com zero pontos.

Havendo escolas em que os alunos já contactam com as novas regras ortográficas, uma vez que o Acordo Ortográfico de 1990 já foi ratificado e dado que qualquer cidadão, nesta fase de transição, pode optar pela ortografia prevista quer no Acordo de 1945, quer no de 1990, são consideradas correctas, na classificação das provas de exame nacional, as grafias que seguirem o que se encontra previsto em qualquer um destes normativos.

No âmbito das competências específicas da disciplina de História, constituem critérios gerais:

- a relevância da resposta relativamente à questão formulada;
- a forma como a fonte é explorada, valorizando-se a interpretação, e não a mera paráfrase, bem como a correcta transcrição de excertos usados como suporte de argumentos;
- a mobilização de informação circunscrita ao assunto em análise e o domínio do vocabulário específico da disciplina.

Os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação.

Em todos os itens da prova, a classificação a atribuir traduz a avaliação simultânea das competências específicas da disciplina e das competências de comunicação escrita em língua portuguesa.

A avaliação das competências de comunicação escrita em língua portuguesa contribui para valorizar a classificação atribuída ao desempenho no domínio das competências específicas da disciplina. Esta valorização é cerca de 10% da cotação do item e faz-se de acordo com os níveis de desempenho a seguir descritos.

Níveis	Descritores
3	Composição bem estruturada, sem erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, ou com erros esporádicos, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de sentido.
2	Composição razoavelmente estruturada, com alguns erros de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou de sentido.
1	Composição sem estruturação aparente, com erros graves de sintaxe, de pontuação e/ou de ortografia, cuja gravidade implique perda frequente de inteligibilidade e/ou de sentido.

No caso de a resposta não atingir o nível 1 de desempenho no domínio específico da disciplina, a classificação a atribuir é zero pontos. Neste caso, não é classificado o desempenho no domínio da comunicação escrita em língua portuguesa.

5. Material

O examinando apenas pode usar, como material de escrita, caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Não é permitido o uso de corrector.

6. Duração

A prova tem a duração de 120 minutos, a que acresce a tolerância de 30 minutos.